

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: A crônica dos absurdos no debate da cessão onerosa.....	2
Título: Privatizar sem deixar dinheiro na mesa.....	3
Título: Tragédia em MG terá consequências globais	6
Título: Vale esvazia área próxima a BH de forma preventiva	8
Título: Usiminas vê maior demanda neste ano.....	10
Título: Petróleo volta aos US\$ 70 neste ano, diz Platts.....	11
Título: Raízen consegue preço melhor em vendas antecipadas de açúcar	13
Título: Quase tudo pronto para denunciar Índia na OMC	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Que momento.....	15
Título: Subsídio à luz de agricultores fará tarifa subir 2,1% em 5 anos	16
Título: COM A MÃO NO BOLSO.....	17
VEÍCULO: O Globo.....	18
Título: Barragem instável em Minas retira 110 moradores de casa	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/02/2019****Seção: Opinião****Autor:****Título: A crônica dos absurdos no debate da cessão onerosa**

A novela em torno da revisão do contrato firmado em 2010 entre União e Petrobras, pelo qual o governo cedeu à empresa petrolífera o direito de explorar cinco bilhões de barris no pré-sal, se arrasta sem uma perspectiva clara de desfecho. O que raramente se percebe é a crônica de absurdos envolvendo as discussões, que hoje têm como foco praticamente único o equilíbrio das finanças públicas. Nada que surpreenda, após cinco anos seguidos de déficit primário e um novo rombo de R\$ 99,5 bilhões em 2019, segundo a mediana das projeções coletadas pelo relatório Prisma Fiscal.

A má redação do contrato original inaugura o festival de disparates da cessão onerosa. Autoridades da área energética, executivos do setor e analistas privados concordam em apontar a falta de clareza das cláusulas que balizam a revisão do texto. Só isso, de fato, explica a existência de cenários tão heterogêneos sobre quem deve para quem - e quanto. Ainda no governo Michel Temer, foram compiladas sete estimativas diferentes. Enquanto a Petrobras dizia ser credora da União em até US\$ 30 bilhões, em sua demanda máxima, os ministérios da Fazenda e do Planejamento sustentavam que era a estatal quem devia cifra igualmente robusta para o Tesouro Nacional.

Como se sabe, as reservas encontradas são muito maiores do que se especulava inicialmente. Na hipótese mais conservadora, há pelo menos seis bilhões de barris adicionais para exploração. Além disso, o custo do barril foi calculado em US\$ 8,51 e esse valor também precisa ser atualizado.

Para dirimir essas dúvidas e dar mais segurança jurídica à revisão contratual, um projeto de lei complementar (PLC 78) foi aprovado na Câmara dos Deputados, com o apoio do governo Temer. A proposta viabiliza, também, eventual pagamento à Petrobras pela União em direitos para explorar mais barris de petróleo - e não necessariamente em dinheiro. Com o contrato revisto, seria finalmente possível leiloar as reservas excedentes da cessão onerosa. Algo suficiente para arrecadar de R\$ 100 bilhões a R\$ 120 bilhões, apenas com o bônus de assinatura, dinheiro bem-vindo em época de desespero.

Antes mesmo de tomar posse, o ministro Paulo Guedes articulou a votação do PLC 78 no Senado. Deixou o assunto de lado quando viu que, para isso, os

senadores queriam arrancar uma fatia de 20% das receitas com o megaleilão para os Estados. Agora, ganha corpo no governo a ideia de que bastaria um acordo entre as partes e o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para celebrar a revisão do contrato e licitar as reservas excedentes. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque,** é partidário da mesma tese. Ora, se esse caminho era realmente viável desde o início, gastou-se então mais de um ano numa queda de braço desnecessária com o Congresso Nacional? Ou se trata de acelerar os novos termos da cessão onerosa, pura e simplesmente, dispensando o aval legislativo e abrindo mão de segurança jurídica? O risco é ter uma avalanche de questionamentos por acionistas majoritários da Petrobras que se sintam prejudicados.

Para terminar a sequência de desventuras, deve-se fazer uma reflexão sobre o próprio uso dos recursos. Na década passada, a descoberta do pré-sal foi tratada como uma espécie de passaporte para a prosperidade. Contraditoriamente, as administrações petistas congelaram a realização de novos leilões de petróleo, gerando uma paralisia dos investimentos e atrasando o aumento da produção no país. Boa parte da conta pode ser debitada na malfadada escolha de tornar a Petrobras operadora obrigatória de todos os campos do pré-sal. Como se valesse de alguma coisa, em tempos de transição energética e barateamento das fontes renováveis, gabar-se de riquezas fósseis guardadas debaixo da superfície.

No regime de partilha, o "government take" - transferências de receitas para os cofres públicos - se dá basicamente por meio do bônus de assinatura e do lucro-óleo, além de royalties. O lucro-óleo consiste em uma parcela da produção que é repassada à União. É cobrado durante toda a vigência do contrato. Quanto maior o bônus na largada, menor tende a ser esse pagamento. Portanto, ao calibrar o valor do cheque inicial na estratosfera, em algo entre R\$ 100 bilhões e R\$ 125 bilhões, queima-se de imediato parte considerável da renda do petróleo. É essa a receita com que conta a equipe econômica para zerar o déficit em 2019. Eis que, de uma poupança para as gerações futuras, o pré-sal torna-se mera tábua de salvação para cobrir a gastança insaciável do setor público. Um desperdício.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Leonardo Paixão

Título: Privatizar sem deixar dinheiro na mesa

No momento em que se discute uma ampla agenda de privatizações para tornar o Estado mais eficiente e reequilibrar a situação fiscal do país, é fundamental

fazer o que tem que ser feito sem "deixar dinheiro na mesa", como se diz no jargão do mercado.

Para identificar o que privatizar, a Constituição brasileira é o guia. Serviços públicos competem ao Estado (art. 175). Atividades econômicas são, em princípio, reservadas à iniciativa privada (art. 173), mas se forem estratégicas podem ser exercidas pelo poder público, por intermédio das empresas estatais.

Como a Constituição usa termos abertos para autorizar o Estado a exercer atividade econômica ("imperativos da segurança nacional" e "relevante interesse coletivo"), cabe a governos e parlamentos eleitos pelo voto popular determinar, em cada momento histórico, quais atividades cabem nessas expressões.

Por se tratar de escolha política, é natural que haja mudanças de entendimento conforme a sociedade evolui. Atividades econômicas que inicialmente eram consideradas estratégicas podem deixar de ser, tempos depois. No Brasil, telefonia e distribuição de energia elétrica, por exemplo, já passaram por isso.

Privatização, portanto, é a resposta à mudança de entendimento sobre o papel do Estado. Privatização não é, nem pode ser, apenas uma "operação tapa-buraco", motivada por preocupações de curto prazo com o caixa.

A principal causa do problema fiscal brasileiro - as despesas obrigatórias com pessoal ativo e inativo - não é conjuntural, de modo que a venda apressada de estatais para combater o déficit fiscal é mero desperdício.

Como a solução estrutural está no ajuste das despesas, por meio de ações como a reforma da previdência, e não na criação de receitas extraordinárias, nada justifica programas de privatização estaduais ou federal cujas metas sejam vender rapidamente a maior quantidade possível de empresas para cobrir déficits do ano corrente.

Por mais que a situação fiscal brasileira seja delicada, ações como a venda de subsidiárias da Caixa, da Petrobras e do Banco do Brasil, ou a privatização de empresas federais ou estaduais de energia elétrica e de saneamento não precisam ser feitas em ritmo de liquidação do comércio varejista.

O objetivo das privatizações deve ser deixar para o setor privado setores não estratégicos e, como consequência dessa decisão política, vender as empresas estatais que não fazem mais sentido pelo melhor preço possível, remunerando adequadamente o esforço de longo prazo da sociedade para construir esse patrimônio público.

Privatização não é e nem pode ser "operação tapa-buraco", motivada por preocupações de curto prazo com o caixa

A título de exemplo dessa abordagem, tome-se o caso recente do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Na época de sua criação, em 1939, o IRB foi a resposta do Estado brasileiro a uma potencial falha de mercado pelo lado da oferta: temia-se que, por conta de um iminente conflito armado na Europa, faltassem capitais para oferecer cobertura de resseguro ao mercado segurador brasileiro (o que efetivamente ocorreu quando a guerra eclodiu).

Ao formar mão de obra especializada em seguros, fazer contratos no Brasil e em português, e internalizar produtos inovadores que surgiam no exterior, o IRB foi decisivo para o desenvolvimento das grandes seguradoras brasileiras, numa época em que a maioria não teria como acessar o mercado global de resseguros.

Com o tempo, porém, notadamente a partir dos anos 1980, o monopólio estatal do IRB tornou-se um fardo, tanto para as empresas, já então bem estruturadas e capitalizadas, quanto para o consumidor final, a quem a maior parte do custo dessa ineficiência era transferida.

Não fazendo mais sentido o exercício dessa atividade econômica pelo Estado, vieram o fim do monopólio no setor de resseguros (2010) e a privatização do IRB (2013). Isso deu às seguradoras (e aos consumidores de seguros) acesso a melhores produtos e preços.

O IRB, por sua vez, continuou líder do mercado brasileiro, agora aberto à concorrência global, e internacionalizou sua atuação, passando a fazer negócios em mais de cem países.

Ao contrário do que alguns imaginam, os ganhos de produtividade que possibilitaram esse desempenho aconteceram principalmente antes da privatização.

Tanto que, já em 2014, o IRB se tornou o ressegurador mais rentável do mundo (Willis Reinsurance Report, Londres, 2015). Posição que manteve até 2017, ano de seu IPO, e que poderá conservar quando saírem os dados do mercado global referentes a 2018.

A excelência alcançada refletiu-se no preço do IRB: em 2010, era inferior a R\$ 1 bilhão. Na conclusão da privatização, foi avaliado em R\$ 2,3 bilhões. Chegou aos R\$ 10 bilhões no IPO e hoje seu valor de mercado ultrapassa os R\$ 25 bilhões.

Nesse modelo de privatização, adotado pela primeira vez no Brasil no caso do IRB, a União modernizou a empresa enquanto preparava a venda de seu

controle. No final do processo, ficou como acionista minoritária de uma companhia de ponta, que continua a se valorizar e a gerar dividendos.

Voltando ao momento atual, as privatizações pelas razões certas - cumprir a Constituição e aumentar a eficiência geral da economia - devem ser feitas dentro de um cronograma que preveja ofertas aos potenciais investidores ao longo dos quatro anos de mandato.

As estatais que já estiverem "preparadas" podem ser vendidas desde logo. E as demais em seguida, à medida que as ações para aprimoramento e valorização de cada empresa forem concluídas.

Isso dará aos investidores mais tempo para analisar cada caso e para levantar os recursos, atraindo um número maior de interessados, inclusive investidores que preferem pagar mais por participações menos arriscadas em empresas que já funcionam bem.

Certamente o retorno para o erário será maior do que em uma negociação quase simultânea de muitas empresas, independentemente do patamar de gestão em que cada uma delas se encontre.

Caso bem-sucedido de respeito pelo patrimônio público, o exemplo do IRB pode e deve ser seguido nas próximas privatizações.

Leonardo A. Paixão é doutor em direito pela USP e foi presidente do IRB Brasil Resseguros S.A. de 2010 a 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Tragédia em MG terá consequências globais

A tragédia de Brumadinho (MG) terá consequências duradouras para a indústria mundial de minério de ferro, incluindo aumento de custos e de investimentos relativos à sustentabilidade. Também podem crescer os questionamentos sobre o papel da Agência Nacional de Mineração no Brasil, avaliam especialistas.

Para o diretor da divisão de matérias-primas da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), Janvier Nkurunziza, com menos produção da Vale os mercados reagem comprando minério de ferro para estocar. Esse movimento, diz, já cria uma elevação do preço.

Mas a cotação da commodity tende a se normalizar quando houver mais clareza sobre o tamanho exato da paralisação da produção no Brasil. Além disso, conforme outros analistas, a alta atual não parece sustentável diante do risco de enfraquecimento da demanda chinesa.

O banco Barclays, em Londres, leva em conta uma combinação de menor oferta e mais prêmio de risco para elevar sua projeção de preço médio para US\$ 79 por tonelada no primeiro trimestre, frente ao valor de US\$ 72 antes do acidente em Brumadinho. Para o ano como um todo, a nova projeção é de preço médio de US\$ 69 comparado com a estimativa anterior de US\$ 63.

"Os australianos estão rindo com os dentes todos da boca", diz Paulo de Sá, ex-diretor do Banco Mundial para indústrias extrativas (mineração, petróleo e gás). "Eles continuam investindo muito em aumento de capacidade". A Rio Tinto e a BHP, que se valorizaram mais de 9% nas bolsas recentemente, podem vender com prêmio (acima do preço do mercado) um minério de ferro de melhor qualidade, como o da Vale, que a China quer para reduzir a poluição industrial.

"A tragédia de Brumadinho afeta todo o setor horizontalmente, não somente no Brasil, como também internacionalmente", diz Rafael Benke, ex-diretor da Vale, líder de iniciativa de mineração do Fórum Econômico Mundial e presidente da consultoria Proactiva. "O escrutínio por parte das autoridades fiscalizadoras aumentará, com risco de suspensão de operações e dificuldades de licenciamentos. Nas empresas, espera-se uma revisão radical de seus processos e sistemas de gestão de risco, segurança e técnica, com reflexos profundos sobre custo e investimento".

Para Benke, que dentro de duas semanas vai presidir um painel sobre gestão de risco no maior encontro global de mineração, no Canadá, "não adianta ter um suposto custo baixo de produção e negligenciar a incorporação de certos custos, pois a conta virá no futuro".

Nesse cenário, Paulo de Sá, que atua como consultor internacional em Washington, diz ter ocorrido um rompimento do contrato social entre a Vale, seus empregados e a população vizinha. Ele também diz que "está havendo omissão muito grave da Agência Nacional de Mineração".

"Há alguns anos, a Chevron fez um derrame 'offshore' no Brasil e a Agência Nacional de Petróleo suspendeu imediatamente a produção, fez auditoria, multou a empresa e impôs um caderno de encargos de segurança operacional para ela poder operar de novo. Não é o que está acontecendo com a Vale", diz Sá. "Todo mundo parece interessado na receita da mineração e não exatamente em que as melhores técnicas sejam adotadas."

O consultor afirma que na Austrália, no Canadá e no Peru a responsabilidade pela fiscalização de minas é do Ministério do Meio Ambiente e não da Energia. "É preciso o Brasil fazer uma auditoria realmente independente e definitiva das barragens a montante. Elas foram desenhadas para certas circunstâncias climáticas, que estão mudando. Era para resistirem a enchentes a cada 50 anos, mas agora as enchentes são a cada 10 anos", afirma.

Para o banco suíço UBS, a Vale poderá ter despesas de pelo menos US\$ 3,2 bilhões (R\$ 11,9 bilhões) com a tragédia de Brumadinho, se forem levadas em conta as sanções pecuniárias (pecuniary penalties) impostas à Samarco na tragédia de Mariana (MG).

O UBS avalia que essa cifra ainda pode ser muito baixa, já que se trata da segunda ruptura em três anos de uma barragem da Vale com trágicas consequências. Mas o banco estima que o balanço da companhia poderá absorver até US\$ 20 bilhões de custos "sem causar danos irreparáveis" a seu nível de crédito.

Segundo o UBS, além do aumento de regulações e de riscos de litígios, vem crescendo a pressão sobre o "rating" de crédito da Vale. As agências S&P, Fitch e Moods rebaixaram a companhia, que enfrenta agora o risco de se tornar uma "fallen angel", ou seja, ser relegada ao grau especulativo de crédito.

Analistas do UBS calculam que as receitas da Vale representam cerca de 1% do PIB do Brasil e sua capitalização de mercado, 3,5% da produção total do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Vale esvazia área próxima a BH de forma preventiva

O medo de desmoronamento de mais uma barragem da Vale alarmou moradores de um município vizinho a Belo Horizonte, na noite de sábado, quando sirenes foram acionadas e mensagens por alto-falantes passaram a orientar as pessoas a deixar rapidamente suas casas. O incidente ocorreu no distrito São Sebastião das Águas Claras - município de Nova Lima -, mais conhecido como Macacos. É uma área turística, com pousadas, restaurantes e condomínios de luxo.

O governo do Estado afirmou, em nota, que a coordenadoria da Defesa Civil recebeu notificação da Vale, segunda a qual a empresa responsável por atestar

a estabilidade das barragens B3 e B4 decidiu não emitir esses atestados. As barragens atendem à mina Mar Azul e não se romperam. Mas, devido à recusa da empresa especializada em atestar a segurança das estruturas, foi acionado, de forma preventiva, o nível 2 do Plano de Ação da Emergência de Barragens de Mineração. Esse nível implica retirada das famílias que vivem em áreas que podem ser atingidas por eventual enxurrada.

Na noite de sábado, a Vale informou que, por segurança, decidiu retirar cerca de 200 pessoas de uma área que abrange 49 edificações em Macacos. Até a manhã de ontem, a mineradora tinha registrado 110 pessoas da região.

O incidente ocorre menos de um mês após a tragédia na cidade de Brumadinho. O Ministério Público de Minas Gerais apura se a Vale chantageou funcionários da empresa alemã Tüv Süd para que atestassem a estabilidade da barragem que ruiu em janeiro.

A Vale, segundo e-mails colhidos pelos promotores, teria acenado com a possibilidade de assinar novos contratos com a Tüv Süd, contanto que os especialistas da companhia produzissem um laudo favorável quanto à segurança em Brumadinho. A empresa alemã atestou, no ano passado, que a barragem era segura. As declarações sobre a possível chantagem foram feitas na sexta-feira pelo promotor William Garcia, integrante do núcleo do MP que apura responsabilidades criminais pelo desastre.

Em entrevista, Garcia falou em "conluio" entre funcionários da Vale e da Tüv Süd e em maquiagem de dados. Perguntado por que os técnicos da alemã fariam isso, disse que encontrou em e-mails diálogos que mencionam pressão de funcionários da Vale para que a contratada assinasse o laudo.

"E no decorrer da troca de e-mails outro funcionário da Tüv Süd menciona que um dos potenciais motivos da pressão da Vale é sinalizar com contratos futuros. É mencionado expressamente o termo 'blackmail', chantagem. Ou seja, a promessa de contratos futuros, ou uma pressão para contratos futuros, para levar as contratadas a tomar decisões reprováveis, ou criminosas nesse caso."

Uma pergunta crucial que o MP tenta responder é se a cúpula da Vale teve conhecimento prévio de problemas relacionados à segurança da barragem e avalizavam essa suposta chantagem.

Leandro Wili, também promotor criminal do MP de MG, disse que a investigação caminha nesse sentido. "[Vamos apurar] se isso chegou ao

conselho administrativo", disse, na entrevista. "Se a questão de segurança das barragens chegou aos órgãos de cúpula."

Na sexta-feira, foram apreendidos na sede da Vale, no Rio, documentos eletrônicos, atas de reuniões e o HD de um notebook da secretaria do conselho administrativo da Vale. "Ainda vamos começar a analisar", disse Wili.

Foram presos oito funcionários da Vale. São eles: o gerente-executivo operacional, Joaquim Pedro de Toledo; os integrantes da gerência de geotecnia Renzo Albieri Guimarães Carvalho, Cristina Heloiza da Silva Malheiros e Artur Bastos Ribeiro; o gerente-executivo de geotecnia corporativa, Alexandre de Paula Campanha; e os funcionários do setor de gestão de riscos geométricos Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo, Hélio Márcio Lopes da Cerqueira e Felipe Figueiredo Rocha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza, Camila Maia e Ivan Ryngelblum | De Belo Horizonte e São Paulo

Título: Usiminas vê maior demanda neste ano

O presidente da siderúrgica Usiminas, Sérgio Leite, disse estar otimista sobre a demanda por aço no Brasil neste ano, que deverá ser puxada pela recuperação dos setores automobilístico e de eletrodomésticos. O executivo disse ao **Valor** que a empresa está preparada, pois dispõe de produção de laminados planos de 10 milhões de toneladas. Em 2018, operou com pouco mais de 40% desse total.

"Temos uma expectativa de um crescimento da economia superior a 2,5% e, pelo estudo do Instituto Aço Brasil, nossa expectativa é de um crescimento do mercado brasileiro de aços planos de 6%. A Usiminas vai acompanhar o crescimento do mercado brasileiro".

A expectativa em relação ao setor automotivo este ano é de crescimento de quase 10%. Cerca de um terço das vendas da Usiminas é para a fabricação de carros.

Em teleconferência com analistas de bancos, Miguel Angel Homes, diretor vice-presidente comercial da companhia, disse que há espaço para novos aumentos nos preços de produtos laminados em breve. O executivo lembrou que a Usiminas mantém como objetivo um prêmio de 7% a 10% em relação aos preços internacionais.

"Vemos espaço para incremento de preços ao redor de 4% a 5%", disse Homes, explicando que isso se deve à alta dos preços do minério. A alta pode acontecer nas próximas semanas ou no segundo trimestre. Segundo ele, a Usiminas fechou ainda um reajuste de 25% no preço dos produtos siderúrgicos vendidos às montadoras de automóveis e negocia as asiáticas, pois o ano fiscal delas começa apenas em 1º de abril.

"Estamos atualmente estudando um projeto para colocar outra vez em operação um alto-forno de Cubatão. É um projeto de grande porte e nada acontecerá antes de 2022", afirmou. Segundo ele, depois da crise de 2016 e o plano de reestruturação, a companhia está revitalizada.

Na sexta-feira, a companhia divulgou balanço de 2018, que trouxe lucro líquido de R\$ 828,7 milhões, alta de 2,6 vezes em relação aos R\$ 315 milhões de 2017. O lucro atribuível aos acionistas subiu 3,1 vezes, para R\$ 726,6 milhões. A receita subiu 28%, para R\$ 13,7 bilhões. O resultado foi beneficiado por maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano.

A Usiminas registrou receita financeira líquida de R\$ 93 milhões, ante despesa líquida de R\$ 463 milhões em 2017, com benefícios de créditos a receber da Eletrobras e outros itens extraordinários. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 6%, para R\$ 2,1 bilhões, mas a margem recuou em 3,4 pontos percentuais, para 15,8%.

A empresa informou que sua alavancagem financeira - dívida líquida sobre o Ebitda - fechou em 1,6 vez ao fim do quarto trimestre. O endividamento consolidado totalizou R\$ 4,2 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Petróleo volta aos US\$ 70 neste ano, diz Platts

Os preços do petróleo enfrentam uma pressão de baixa no curto prazo, mas devem voltar a testar os US\$ 70 o barril mais perto do fim deste ano, enquanto o mercado começa a se preparar para mudanças nas regras para combustível no transporte marítimo, na avaliação de Mark Schwartz, diretor-geral da S&P Global Platts para o setor de petróleo, com mais de 40 anos de experiência no segmento.

De acordo com o especialista, a oferta de petróleo cresceu muito entre os países que não fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec) no ano passado, em cerca de 3 milhões de barris por dia. Em 2019, a

expansão da produção dos Estados Unidos deve ter um ritmo menor, por conta das limitações na logística para escoamento do xisto ("shale"). "Ainda assim, o crescimento deve ser de cerca de 1,9 milhão de barris por dia, e o Brasil deve contribuir com cerca de 300 milhões de barris por dia", disse Schwartz, explicando que será o segundo maior crescimento entre os mercados fora da Opep.

"Achamos que a produção no Brasil continuará a crescer. Talvez não tão agressiva como nos planos do governo, mas, havendo as políticas adequadas, não há razão para o Brasil não ter crescimento na produção por no mínimo mais uma década", disse Schwartz.

Para o especialista, as atenções da produção fora da Opep hoje estão concentradas no xisto dos Estados Unidos, mas daqui três a quatro anos a produção no país deve começar a desacelerar. "A questão é: vamos ver o xisto crescendo em outras partes do mundo?", questionou, lembrando de países como Argentina, China, Austrália e Rússia que também têm reservas da commodity.

No curto prazo, Schwartz avalia que há risco de uma pressão de baixa nos preços do petróleo porque o uso das refinarias está baixo por conta de paradas para manutenção. O barril do Brent pode testar os US\$ 60 por conta disso, segundo o especialista. Até o fim do ano, há chance de um movimento de alta de volta aos US\$ 70 o barril, devido à corrida para adequação exigências da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês), que determinou que o transporte marítimo precisará usar combustíveis com teor de enxofre reduzido a partir de 2020.

Na sexta-feira, o barril do tipo Brent para abril fechou com alta de 2,6%, cotado a US\$ 66,25, maior patamar em três meses. O tipo WTI para março também fechou na melhor cotação em três meses, com alta de 5,4% no dia, negociado a US\$ 55,59 o barril. A alta na semana passada foi causada por temores na oferta.

No médio a longo prazo, será o equilíbrio entre oferta e demanda que vai determinar os preços de petróleo no mercado internacional. A mudança do transporte baseado em combustíveis fósseis para a mobilidade elétrica será fundamental nesse equilíbrio de forças. "No lado da demanda, vemos crescimento, mas vai depender no futuro do que esperamos em termos de eficiência de uso de combustíveis e mobilidade elétrica. No lado da oferta, será necessário decidir qual preço é alto o suficiente para que seja possível atender a demanda sem reduzir o consumo", disse.

"O truque é haver equilíbrio. Sabemos que o preço não pode subir muito, porque senão vai haver uma aceleração da transição para veículos elétricos. Mas não pode cair tanto a ponto de prejudicar a oferta", completou.

Se hoje a Opep consegue, de certa forma, influenciar no equilíbrio de preços ao aumentar ou reduzir sua produção, esse cenário não deve ser mantido no longo prazo, quando outros países devem ganhar mais espaço no segmento. "No futuro, se a Opep subir muito o preço, vai alimentar a demanda contra o petróleo do próprio cartel", disse Schwartz.

Por enquanto, segundo Schwartz, Irã e Venezuela devem continuar em declínio de produção, ajudando a frear o crescimento da produção da Opep. No caso da Venezuela, mesmo que haja uma mudança de governo, tudo dependerá das regras que serão colocadas em vigor no país e se serão suficientes para tornar os investidores confiantes. "É preciso de algo que convença os investidores que, se houver uma administração nova favorável ao mercado, há segurança de que ela vai permanecer."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Raízen consegue preço melhor em vendas antecipadas de açúcar

A Raízen Energia fixou preços de venda do açúcar que vai exportar na próxima safra em níveis acima dos atuais, indicando uma reação das vendas do produto após um prolongado período com cotações pressionadas.

No fim do terceiro trimestre da safra atual (2018/19), a companhia havia fixado as vendas de 1,6 milhão de toneladas de açúcar a um preço médio equivalente a 57,10 centavos de reais por libra-peso - já considerando a proteção cambial e o prêmio de polarização, referente à qualidade do produto. Esse valor é cerca de 15% superior aos preços atuais, destacou Philipe Casale, gerente de relações com investidores da Cosan - sócia da Shell na Raízen -, em teleconferência de resultados na sexta-feira.

A Cosan não divulgou perspectivas de desempenho da companhia sucroalcooleira por estarem em andamento a oferta pública de aquisição de ações da Comgás e a emissão de recebíveis do agronegócio (CRA) pela Raízen.

Casale afirmou que a produção de açúcar do país na próxima temporada segue indefinida porque "ainda há incerteza sobre o tamanho da próxima safra"

canavieira do Centro-Sul, dadas as incertezas climáticas e a tendência de mix produtivo das usinas. Porém, o executivo destacou que há consultorias prevendo déficit de oferta global. "Usualmente, isso gera oportunidades e melhor rentabilidade", disse o executivo

Desde o início da safra atual (2018/19) até o fim do último trimestre, o faturamento da Raízen Energia com açúcar sofreu forte queda devido tanto à redução do volume vendido no período quanto à queda dos preços. No acumulado dos três primeiros trimestres, a receita da empresa com açúcar caiu 52,1%, para R\$ 2,3 bilhões.

A receita líquida total da companhia só teve crescimento expressivo no período por causa da incorporação dos resultados da trading de energia WX e da comercialização de outros produtos. No acumulado da safra, a receita operacional líquida da Raízen Energia subiu 49,3%, para R\$ 15,3 bilhões.

Ainda assim, os maus resultados com açúcar foram a razão atribuída pela Cosan para a queda de 6% no lucro antes de juros impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado da Raízen Energia no 3º trimestre, para R\$ 835 milhões. No acumulado da safra, o Ebitda ajustado caiu 3,7%, a R\$ 2 bilhões.

Casale, contudo, disse que a companhia decidiu concentrar a maior parte das vendas de açúcar neste 4º trimestre da safra, o que deve melhorar os resultados do negócio no encerramento do ciclo. No fim do último trimestre, a Raízen Energia tinha um estoque de açúcar avaliado em R\$ 1,4 bilhão.

O gerente de relações com investidores da Cosan ressaltou que a joint venture concluiu no último trimestre investimentos em armazenagem em algumas usinas, que vão aumentar a flexibilidade da companhia para esperar uma rentabilidade melhor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/02/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Quase tudo pronto para denunciar Índia na OMC

O Brasil em breve vai denunciar a Índia na Organização Mundial do Comércio (OMC) por causa dos subsídios do país a suas exportações de açúcar, o que é encarado como uma prática ilegal no mercado internacional da commodity.

Produtores brasileiros calculam que deixam de ganhar cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano com a queda dos preços de exportação provocado pelo açúcar subsidiado que a Índia joga no mercado.

A Camara de Comércio Exterior (Camex) deu sinal verde para o Brasil acionar a OMC contra os indianos no ano passado. O **Valor** apurou que os procedimentos para que os juízes do órgão multilateral sejam acionados estão praticamente concluídos.

A ideia é contestar duas práticas indianas: o apoio aos fornecedores de cana e os subsídios vinculados à exportação dentro de uma cota de 5 milhões de toneladas.

A reportagem também apurou que a Austrália, outro grande país exportador de açúcar, deverá unir forças ao Brasil no caso contra a Índia. A Guatemala é outro país que tem sido consultado, mas ainda não está confirmada sua participação como parte diretamente envolvida na disputa.

"A Índia provoca um deslocamento de mercado e, mais importante, tem impacto no preço internacional", diz uma fonte brasileira. "Nossos exportadores passam a vender por um preço menor em razão da prática indiana".

Também por causa do açúcar, no ano passado o país apresentou denúncia contra a China em consequência de uma salvaguarda que praticamente fechou o mercado para o produto brasileiro. Ocorre que, logo depois, surgiram rumores de que a China teria feito um acordo para importar grande quantidade de açúcar indiano, mais barato.

Fontes de mercado dizem, contudo, que até o momento, não se constatou nenhuma transação entre indianos e chineses. Mas o questionamento persiste. O sentimento é que a China quer realmente comprar o açúcar indiano em detrimento do brasileiro.

Depois de consultas com os chineses em Genebra, sem resultado prático, o Brasil tem agora o caminho livre para dar o passo seguinte, que é pedir a abertura de um painel (comitê de especialistas) na OMC para investigar a salvaguarda chinesa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Que momento

Painel

O Ministério Público Federal vai questionar a Agência Nacional de Mineração sobre a indicação de que o órgão de que vai mudar os parâmetros de medição da estabilidade de barragens. Em minuta de resolução que vai à consulta pública neste mês, a ANM reduziu de 1,5 para 1,3 o nível mínimo de fator de segurança que as estruturas devem ter.

Casada

Integrantes do MPF observam que, em documento da Vale de 2018, especialistas consultados pela empresa defendiam o fator de 1,3, como suficiente para atestar a estabilidade das barragens. A desconfiança de procuradores é a de que a ANM tenha alterado o índice para não considerar instáveis outras construções da mineradora.

Está escrito

Procuradores afirmam que a Agência Brasileira de Normas Técnicas é clara ao estabelecer 1.5 como índice capaz de afastar certos riscos em barragens e sustentam que não há porque diminuí-lo.

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Subsídio à luz de agricultores fará tarifa subir 2,1% em 5 anos

Mercado Aberto

Se o subsídio ao consumo de luz elétrica aos produtores rurais for mantido, a tarifa dos demais clientes ficará 2,09% mais cara em cinco anos, de acordo com cálculos da Aneel (agência nacional de energia).

No fim do ano passado, o governo regulamentou a progressão do fim do subsídio. O incentivo aos consumidores do campo vai terminar paulatinamente, até ser extinto em cinco anos.

Os deputados da bancada ruralista apresentaram um projeto de lei para derrubar o decreto presidencial.

“O que nos espantou foi que um governo no apagar das luzes assinou um decreto com tamanha abrangência”, afirma Heitor Schuch (PSB-RS), autor da proposta.

O tamanho do subsídio, de cerca de R\$ 3 bilhões é, para ele, “um pingo de água no oceano” se comparado aos outros, afirma Schuch.

Para a Abrace (associação dos grandes consumidores), a conta para o resto dos clientes ficará ainda mais alta que os 2,09% previstos pela Aneel.

“Pela nossa conta, a alta será de 3% a 4%, porque nós incluimos impostos que incidem na conta de luz”, diz Paulo Pedrosa, presidente da entidade.

O tema da redução dos subsídios foi tratado pelo governo desde 2016, segundo Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

“Há uma lei que passou por audiências públicas e discussões que obriga a reduzir essas subvenções. O decreto do fim do ano passado só materializa o trabalho.”

Para as entidades que acompanham o tema, a bancada ruralista tem força e organização para conseguir aprovar o projeto de lei que derruba o fim dos subsídios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: COM A MÃO NO BOLSO

A Vale já pagou 92 auxílios-funeral para vítimas da tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, além de 45 seguros de vida. Fez também 254 doações emergenciais de R\$ 100 mil para familiares dos que morreram 110 acidente.

Impasse

A empresa segue negociando com as famílias o pagamento de indenizações por danos morais e materiais.

*

Ainda não há consenso sobre os valores.

Firma reconhecida

A Prefeitura de Vitória (ES) obrigou a mineradora a assinar um Termo de Desinterdição Condicionada (TDC) para voltar a funcionar na capital.

Respiro

O documento exige que a Vale compre e instale novas estações de medição da qualidade do ar. A empresa tem 120 dias para entregar estudo que indique o número de estações e os locais onde elas deverão ser colocadas.

Ar puro

A Vale também passa a ser a responsável por implantar um centro de supervisionamento da qualidade do ar e terá que capacitar técnicos da Secretaria de Meio Ambiente. Os dados gerados sobre a poluição deverão ser disponibilizados online.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Barragem instável em Minas retira 110 moradores de casa

Estrutura da Vale na região de Macacos, em Nova Lima, tem cerca de 3 milhões de metros cúbicos

A mineradora Vale informou ontem que 110 pessoas da região de Macacos, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tiveram que deixar suas casas após auditores atestarem uma instabilidade na barragem B3/B4, da Mina Mar Azul. A estrutura tem aproximadamente 3 milhões de metros cúbicos de rejeito. As famílias que deixaram suas casas foram cadastradas pela mineradora em um posto montado no distrito de São Sebastião das Águas Claras, conhecido como Macacos.

Das 110 pessoas, 42 estão em hotéis e 68 em casas de parentes ou outros locais. Segundo a Vale, todos os moradores saíram da Zona de Autossalvamento, área que poderia ser atingida no caso de um possível rompimento. Há ações na Justiça dos moradores contra a Vale desde 2016.

Entre os que tiveram que deixar suas casas estava Reilan Santos de Jesus, de 29 anos. Ele mora em Macacos com a mulher e três filhos. A família ficou desesperada ao escutar a sirene tocar de repente na noite de sábado.

— Foi uma correria, todo mundo saindo de casa correndo e gritando. O barulho da sirene foi bem alto. Foi um desespero, só deu para pegar roupa e documento, no meio da chuva — relatou Santos de Jesus.

O morador afirmou ainda que não chegou a ser avisado sobre o que poderia estar acontecendo e ficou confuso no momento do alarme.

— Não avisaram nada. Eu estava deitado e, de uma hora para outra, (a sirene) começou a tocar — disse.

BRUMADINHO: 169 MORTOS

As pessoas que saíram da área de risco foram encaminhadas para o Centro Comunitário Macacos. De acordo com os bombeiros, a decisão de retirar os moradores na noite de sábado foi tomada em conjunto pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, após consulta à Agência Nacional de Mineração e outros órgãos, além de informações da Vale. A mineradora informou ontem que “dará toda a assistência e apoio necessários até que a situação seja normalizada”.

A Defesa Civil de Minas divulgou ontem que já são 169 mortos após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Ainda há 141 desaparecidos.

MME / ASCOM .